



MINHA CASA MINHA VIDA RURAL: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMEIRINHA-MG

Autor(es): RAIANE SOUSA FERNANDES E SANTOS, HEITOR BOAVENTURA CATRINCK, AMARO SERGIO MARQUES, NOILA ALENCAR

Objetivo: Este projeto de pesquisa é resultado de uma pesquisa sobre o processo de ocupação territorial no espaço rural na comunidade quilombola de Palmeirinha ? localizada no Município de Pedras de Maria da Cruz, na região do Rio São Francisco, no Estado de Minas gerais. O presente trabalho analisou a percepção dos usuários com relação à organização socioespacial e o processo de implantação do programa governamental MCMVR (Minha Casa Minha Vida Rural). **Metodologia:** Estudo qualitativo, com aplicação de questionário semi-estruturado com moradores e lideranças da comunidade quilombola, que priorizou a análise documental do Programa Minha Casa Minha Vida Rural, através da base de dados digital, teses, artigos científicos e documentos disponibilizados pelo governo federal. Foi utilizado também um estudo de campo, com a análise das construções existentes e a comparação com as construções do novo programa, a fim de verificar as transformações ocorridas no território. **Resultados:** É notória a transformação no uso de novas tecnologias construtivas, com o uso de alvenaria estrutural e materiais de acabamento contemporâneo. Percebe-se ainda o abandono das antigas práticas construtivas tradicionais, como no uso do ?pau-a-pique? ou mesmo do piso de ?chão batido?. A nova residência em nada se assemelha com a antiga, além de privar os moradores de costumes como cozinhar no fogão à lenha o qual já não cabe na nova cozinha. Os significados rurais permanecem configurados a partir dos olhos urbanos, causando uma relação unilateral entre a cidade e campo, priorizando a construção baseada na perspectiva urbana. Com a implementação das novas moradias a imagem, a paisagem e a leitura do espaço rural sofrem transformações as quais deixam o novo espaço com ?características? do espaço urbano. A mão de obra utilizada nas construções foi capacitada pelo Governo Federal, trazendo um incremento na possibilidade do emprego e da renda, uma vez que os capacitados poderão exercer uma nova função, além do trabalho no campo como era comum para boa parte desta comunidade. **Conclusão:** Em certa medida foi observada uma boa aceitação desta política habitacional por parte dos membros desta comunidade. Mas é importante ressaltar que o programa arquitetônico utilizado pelo MCMVR não se adequa com a demanda de área mínima construída para a quantidade de moradores de cada família. Além disso, é perceptível que as novas construções não referenciam os costumes tradicionais da comunidade em que foi aplicada.